

RESUMO - DIREITO PÚBLICO

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Joao Lucas Patricio Araujo (joaopatricio.advogado@gmail.com)

Suzane Cristina Pires Mine (adveprof.mine@gmail.com)

O estudo "Transição Energética e Justiça Social" analisa o desafio brasileiro de implementar a transição energética global em um cenário de profunda desigualdade social. A pesquisa parte da premissa de que milhões de famílias de baixa renda, vivendo em situação de pobreza energética, ainda dependem de fontes altamente poluentes, como lenha e carvão vegetal, não podendo acessar diretamente as fontes renováveis.

Neste contexto, o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) é defendido como uma solução de transição realista, intermediária e socialmente justa. O objetivo central é analisar o papel jurídico do GLP como um vetor para garantir o direito humano à energia, assegurando acesso equitativo e seguro. A hipótese é que o GLP, devido ao seu menor impacto relativo (comparado à lenha), eficiência e ampla capilaridade de distribuição, é essencial para essa transição, desde que sustentado por marcos legais e governança inclusiva.

Utilizando uma metodologia qualitativa, descritiva e exploratória, a pesquisa envolve análise documental de legislações e programas de subsídio (como o

Vale Gás Social). O referencial teórico articula os eixos de Direitos Humanos e Justiça Energética (Sen, Santos) , Sustentabilidade (Sachs) e Governança Climática (Ostrom).

O resultado esperado é a proposição de um modelo jurídico-normativo que posicione o GLP como ferramenta legítima de transição. Conclui-se que a transição energética deve ser um processo humano e social , e o reconhecimento do GLP é um ato de justiça social , alinhando o Brasil aos ODS (7, 10 e 13) e fornecendo subsídios informacionais para as COPs.

Palavras-chave: direitos humanos; meio ambiente; inclusão social.